

RECURSOS

ASPECTOS GERAIS

= meios voluntários de **impugnação a uma decisão judicial**

↪ interpostos no curso do processo

- visa reverter uma decisão desfavorável,
 - modificando-a
 - anulando-a
 - esclarecendo-a
 - integrando-a

} finalidades típicas

PRINCÍPIOS

- **duplo grau de jurisdição**
(uma decisão deve ser submetida à reapreciação por outro órgão do Judiciário (superior))
- **taxatividade**
(o recurso deve estar expressamente previsto em lei)
- **singularidade (ou unirrecorribilidade)**
(para cada decisão cabe apenas um único recurso)
- **voluntariedade**
(não há recurso obrigatório, ele depende da vontade das partes)
- **fungibilidade**
(interposto um recurso errado pela parte, o órgão pode recebê-lo como sendo o correto (se não houver má-fé))
- **non reformatio in pejus**
(o recurso interposto pela defesa nunca pode agravar a situação do réu)

↪ o reexame necessário ("recurso de ofício") não é um recurso, mas condição para a produção de efeitos da sentença

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

= **requisitos para a admissibilidade** do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

cabimento	o recurso está previsto na lei processual como o adequado à situação
legitimidade recursal	quem interpôs o recurso possui legitimidade legal para fazê-lo
interesse recursal	necessidade (o recurso é necessário para reverter uma decisão que prejudica o recorrente) e adequação (aptidão do recurso para alterar aquela situação)
inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	o recorrente não pode ter perdido o direito de recorrer (ex.: desistência, renúncia, aquiescência...)
preclusão	perda do direito de recorrer (transcurso do prazo, prática de ato incompatível, recurso já interposto)
deserção	impossibilidade de conhecimento do recurso interposto (descumprimento de alguma formalidade)

pela doutrina

↪ não há unanimidade se é intrínseco ou extrínseco.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

tempestividade	o recurso é interposto no prazo adequado *
regularidade formal	preenchimento das regras estabelecidas por lei para o recurso que se pretende impor

* o prazo vem previsto em lei e começa a correr no **primeiro dia útil seguinte ao da intimação** para ciência da decisão a ser impugnada.

RECURSOS

JUÍZOS

JUIZO DE ADMISSIBILIDADE

- = análise do **preenchimento dos pressupostos** recursais de admissibilidade do recurso
 - ↪ verifica se o recorrente **cumpriu** as exigências legais
- realizado pelo **Juízo a quo** (quem proferiu a decisão) e pelo **Juízo ad quem** (quem vai julgar o recurso).

JUIZO DE MÉRITO

- = análise dos **fundamentos alegados** no recurso.
- o recorrente pode **alegar**:
 - **error in procedendo** → erro processual cometido pelo juiz (conduz à anulação da decisão)
 - ↪ ocorrendo a **anulação**, os autos voltam ao juízo que proferiu a decisão, para que profira outra.
 - **error in iudicando** → o recorrente discorda do conteúdo da decisão (requer a reforma da decisão)
 - ↪ o Tribunal irá proferir nova decisão

EFEITOS

obstativo	impede a preclusão temporal
devolutivo	o recorrente devolve ao Tribunal a competência para conhecer a matéria e apreciar o recurso (presente em todos)
suspensivo	impossibilita a decisão impugnada de produzir efeitos até o julgamento do recurso (não está presente em todos os recursos)
translativo	o Tribunal pode reconhecer de ofício certas matérias não impugnadas pelo recorrente (de ordem pública)
substitutivo	substituição da decisão recorrida pela do juízo <i>ad quem</i>
regressivo	o prolator da decisão pode se retratar da decisão proferida, evitando a remessa (presente em todos os recursos)
extensivo	a decisão do recurso interposto por um réu se estende aos demais (salvo se exclusivamente por motivos pessoais)

CABIMENTO

- **cabe recurso**, no sentido estrito (RESE), de decisão,
despacho ou
sentença que:
 - não receber a denúncia ou a queixa
 - concluir pela incompetência do juízo
 - julgar procedentes as exceções (salvo a de suspeição)
 - pronunciar o réu
 - conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante
 - julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor
 - decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade
 - indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade
 - conceder ou negar a ordem de habeas corpus
 - conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional
 - anular o processo da instrução criminal (no todo ou em parte)
 - incluir jurado na lista geral ou desta o excluir
 - denegar a apelação ou a julgar deserta
 - ordenar a suspensão do processo, devido a questão prejudicial
 - decidir sobre a unificação de penas
 - decidir o incidente de falsidade
 - decretar medida de segurança (depois de transitar a sentença em julgado)
 - impuser medida de segurança por transgressão de outra;
 - manter ou substituir a medida de segurança (casos do art. 774)
 - revogar a medida de segurança ou deixar de revogá-la (caso a lei admita a revogação)
 - converter a multa em detenção ou em prisão simples
 - recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (incluído pelo pacote anticrime)

RECURSOS

RECURSO EM
= SENTIDO ESTRITO =

PRAZO

regra geral	5 dias
decisão que inclui ou exclui jurado	20 dias
por assistente de acusação não habilitado	15 dias

- as razões devem ser apresentadas em até 2 dias.
- o recorrido é intimado para oferecer as contrarrazões
- o Juiz pode retratar-se, reformando sua decisão (2 dias)
 - ↳ a parte prejudicada pela reforma pode recorrer (se couber recurso) → o juiz não pode mais reformar sua decisão

PROCESSAMENTO

em regra, o RESE sobe por traslado ou instrumento (os autos ficam no juízo)

- os autos sobem ao Tribunal em 5 dias e devem ser devolvidos ao juízo da decisão recorrida em 5 dias da data em que o Tribunal julgou.
- o RESE será remetido junto aos autos em caso de:
 - RESE interposto de ofício pelo juiz (HC)
 - hipóteses dos incisos I, III, IV, VIII e X do art. 581
 - quando não prejudicar o andamento do processo

EFEITOS

- o RESE, em regra, não tem efeito suspensivo, mas o terá no caso de:
 - decisão que determina perda do valor da fiança
 - decisão que denega a apelação ou a julga deserta
 - ser interposto contra decisão de pronúncia

CABIMENTO

(depende da natureza da decisão proferida)

HIPÓTESE	CABIMENTO
decisões interlocutórias mistas terminativas ou não (definitivas ou com força de definitiva)	somente se não for cabível o RESE
sentenças definitivas de condenação ou absolvição	sempre cabível
decisões proferidas no bojo do procedimento do tribunal do júri	somente nos casos do art. 593, III do CPP

EFEITOS

- não tem efeito regressivo
- o efeito suspensivo depende da natureza da decisão:
 - sentença absolutória própria → não há
 - sentença absolutória imprópria → há
 - sentença condenatória → há
- tem efeito devolutivo
 - integral → apelação de toda a decisão
 - parcial → apelação de parte da decisão
 - adstrito aos fundamentos alegados → em apelações contra decisões do Júri

FORMA

- deve ser interposta por termo nos autos ou petição escrita.

PROCESSAMENTO

- a apelação vai ao Tribunal com os autos principais
 - não há necessidade de traslado de peças do processo, salvo em caso de dois ou mais réus, em que um deles ainda não tiver sido julgado ou não tiver apelado.
- o Juiz que a recebe fará o juízo de admissibilidade
 - ele intima o apelante a apresentar suas razões e, em seguida, o recorrido para apresentar as contrarrazões.
 - se a parte requerer a apresentação das razões na 2ª instância, o Juiz remete os autos ao Tribunal logo após o juízo de admissibilidade.
- o Tribunal pode proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências necessárias.

RECURSOS

= APELAÇÃO =

PRAZO

regra geral	5 dias
apelação pelo ofendido nos crimes de ação penal pública: (só se o MP não interpor)	
por assistente de acusação não habilitado	15 dias
por assistente de acusação habilitado	5 dias
em processos da competência do Juizado Especial Criminal	10 dias

- as razões devem ser apresentadas em até 8 dias, salvo:

- razões pelo assistente quanto a recurso que não foi interposto por ele = 3 dias
- razões no rito sumaríssimo = junto da apelação
- razões em processos por contravenção = 3 dias

- STJ: as razões podem ser apresentadas mesmo que fora do prazo, não impedindo o reconhecimento do recurso de apelação interposto tempestivamente.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

- = recurso para **sanar** alguma **obscuridade, omissão, ambiguidade ou contradição** na decisão.
- podem ser opostos a **sentença ou acórdão**
- prazo** = 2 dias da intimação (5 dias nos Juizados Especiais)
- interposto por **petição** (não por termo nos autos)

opostos os E.D., os **prazos** para interposição de outros recursos se interrompem.

EMBARGOS INFRINGENTES

recurso em sentido estrito ou apelação

- = cabível quando, no julgamento de um **recurso** em segunda instância, houver **decisão não-unânime desfavorável ao réu**.
 - tanto quando a decisão do Tribunal reforma a recorrida quanto quando a mantém
- não** cabem embargos infringentes contra **acórdão** proferido pelo **Tribunal** em processo de sua **competência originária** **! ATENÇÃO!**
- prazo** = 10 dias
- não** tem efeito **regressivo** nem **suspensivo**.
- podem ser:
 - totais** → decisão não é unânime quanto a **todas** as matérias objeto da decisão
 - parciais** → decisão é unânime quanto a **parte** do recurso e não unânime quanto a outra → só cabe E.I. em face da parte não unânime.

RECURSOS

= EM ESPÉCIE =

CARTA TESTEMUNHÁVEL

- = cabível quando **não recebido o recurso** que deva ser submetido à **instância superior**.

Dar-se-á carta testemunhável:

- da **decisão que denegar o recurso**;
- da que, admitindo embora o recurso, **obstar à sua expedição e seguimento** para o juízo *ad quem*.
- não** tem efeito **regressivo** nem **suspensivo**.
- é dirigida ao **escrivão** (não a um órgão jurisdicional)
- prazo** = 48h da intimação da decisão
- tem **natureza residual** (cabível quando não houver previsão de nenhum outro recurso para o caso)

AGRAVO EM EXECUÇÃO

- = para impugnar as decisões proferidas na **execução penal**.
- prazo** = 5 dias (2 dias para apresentar razões)
- não tem**, em regra, **efeito suspensivo**

REVISÃO CRIMINAL

(não é um recurso! (mas está no Título de recursos do CPP))

- = ação **autônoma** de impugnação (privativa da defesa)
- não** está sujeita a prazo (pode ser manejada a qualquer tempo)
- pode ser ajuizada **pelo réu ou procurador**
- Pressupostos:**
 - sentença condenatória** criminal (ou absolutória imprópria)
 - trânsito em julgado**
- hipóteses:**
 - sentença condenatória **contrária à lei ou evidências**
 - sentença condenatória **fundada em depoimentos, exames ou documentos falsos**
 - descobertas **novas provas** da inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize a diminuição especial da pena